



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml@stml.pt

Resolução

Derrotar o Governo na rua e nas urnas Lutar pelo emprego, direitos e salários

O Governo aprovou, ontem, mais um documento sobre a alegada «reforma do Estado» que, articulado com o Documento de Estratégia Orçamental para 2015-2018, aprovado na semana passada, visa aprofundar as desigualdades sociais, perpetuar o roubo nos salários e nas pensões, aumentar a precariedade e o desemprego, destruir o Poder Local, os direitos sociais e laborais, na perspectiva de dar a machadada final na Democracia e na Constituição da República.

A falácia de que Portugal e os portugueses iriam ter uma «saída limpa» do programa de assistência externa não passou de uma manobra engendrada pelo Governo para desviar a atenção dos trabalhadores e os portugueses destes dois documentos, que constituem um autêntico golpe de Estado contra as conquistas sociais e o regime democrático construído com o 25 de Abril de 1974.

Tanto o Documento de Estratégia Orçamental 2015-2018 (DOE) como o texto ontem apresentado, denominado «Um Estado Melhor», penalizam ainda mais os trabalhadores e o povo português.

Mais uma vez as principais vítimas são os trabalhadores da Administração Pública e os aposentados, que vão pagar uma pesada factura.

Ao mesmo tempo prossegue a sanha destruidora contra o Poder Local, a Administração Pública, os serviços públicos e as funções sociais do Estado, nomeadamente a Segurança Social, a Educação e a Saúde!

As medidas previstas visam tornar definitivo aquilo que diziam ser temporário, ou seja, continuar a roubar nos salários e nas pensões.

Neste sentido querem transformar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) num imposto a suportar totalmente pelos pensionistas e reformados; impõem a redução de postos de trabalho e os despedimentos, promovem a precariedade e a exploração.

Ao contrário do que prometeram, continuam a reduzir o salário real dos trabalhadores com o aumento da Taxa Social Única em 0,2% e o IVA em 0,25%.

A perspectiva de novos cortes orçamentais é a prova de que o Governo do PSD/CDS-PP está determinado em prosseguir as suas políticas de empobrecimento do povo e de devastação do tecido económico.

Tudo isto mostra que a «saída limpa» é um logro, uma mentira para enganar os trabalhadores e povo.

O verdadeiro objectivo do Governo sempre foi proteger o capital financeiro e promover a crescente concentração da riqueza num punhado de grupos económicos.

Publicação dos acordos, 35 horas para todos

O Governo continua a bloquear ilegalmente as mais de três centenas e meia de acordos já assinados com as autarquias que consagram as 35 horas.

Trata-se de uma atitude que despreza o direito à contratação colectiva e desrespeita a autonomia das autarquias

A contratação colectiva está consagrada na Constituição da República Portuguesa e na legislação laboral da Administração Pública; o Governo não pode suspender arbitrariamente esse direito.

Mais de dois terços das autarquias mantiveram ou repuseram o horário das 35 horas semanais, reconhecendo que o aumento do horário de trabalho não traz qualquer benefício para os serviços públicos e constitui uma intolerável penalização dos trabalhadores.

Esta é já uma importante vitória dos trabalhadores, e uma pesada derrota que o Governo não quer reconhecer, recusando-se a cumprir a lei e publicar todos os acordos já celebrados

Lutar pelo emprego e pelos salários

A imposição do corte de postos de trabalho na Administração Pública, nomeadamente na Administração Local e Regional e sector empresarial local, bem como a proibição de novas contratações têm desfalcado os serviços públicos do pessoal mínimo necessário para assegurar o seu bom funcionamento.

A par disso, o Governo tem promovido crescentemente o recurso a formas precárias de contratação, nomeadamente através da colocação de trabalhadores desempregados em funções de carácter permanente, recebendo bolsas de miséria, abaixo do Salário Mínimo Nacional, ao abrigo de Contratos Emprego Inserção.

Sempre afirmamos que as autarquias não têm trabalhadores a mais. As câmaras municipais são responsáveis apenas por 18 por cento dos empregos de toda a Administração Pública.

Desde 2012, as autarquias já perderam 25 mil trabalhadores. Hoje restam cerca de 100 mil funcionários e o Governo pretender continuar esta sangria.

É também na Administração Local que são praticados os salários mais baixos de toda a Administração Pública. Os salários nas autarquias são cerca de 40 por cento mais baixos do que na administração central.

Neste quadro, a actualização salarial em 2014 de um mínimo de 40 euros é uma necessidade inadiável, tal como é a actualização do Salário Mínimo Nacional (Remuneração Mínima Mensal Garantida na Administração Pública).

Por isso apoiamos a proposta da CGTP-IN de aumento do Salário Mínimo Nacional para 515 euros a partir de 1 Junho de 2014. Esta é uma medida imprescindível para travar o aumento da pobreza e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Continuar a luta, derrotar o Governo

Só a luta determinada e solidária de todos os trabalhadores poderá travar e inverter este caminho destruidor.

É imperioso intensificar as acções reivindicativas, com vista a acelerar a derrota do actual Governo e das suas políticas. Nesse sentido são objectivos prioritários da nossa luta:

- A manutenção das 35 horas semanais e 7 diárias e revogação da lei que impôs o aumento do horário;
- A publicação imediata de todos ACEEP negociados;
- O aumento dos salários em 40 euros mínimo e a actualização do SMN para 515 euros;
- A reposição dos direitos sociais e laborais conquistados durante décadas através da luta organizada dos trabalhadores;
- O fim do desmantelamento e esvaziamento dos serviços municipais;
- A defesa do emprego, dos serviços públicos e do Poder Local Democrático;
- A defesa das funções sociais do Estado, nomeadamente a Educação, a Saúde e a Segurança Social;
- A defesa da gestão pública dos Resíduos;
- A defesa do direito à água e áreas do ambiente como serviços públicos essenciais;
- A luta pela demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas, que abram caminho uma verdadeira mudança de políticas.

Lisboa, 09 de Maio de 2014

Pelo STAL e STML